Interpelação Escrita

Considerando o risco inerente aos esquentadores a gás sem chaminé e os vários casos de intoxicação por monóxido de carbono causados pela utilização inadequada dos mesmos, para assegurar a segurança da população, o Governo, para além de ter proibido a importação desses aparelhos desde 2011, promulgou, há dias, o Despacho do Chefe do Executivo n.° 59/2017, declarando que, em Macau, estão proibidos o fornecimento ou a venda de esquentadores a gás sem chaminé, a partir de 21 de Março do corrente ano.

Actualmente, a venda desses equipamentos sem chaminé já é proibida no mercado, mas acredita-se que é preciso algum tempo para eliminar todos os que se encontram em utilização. Portanto, continua a existir o risco de utilização desses aparelhos. A par disso, é preciso prestar atenção à segurança de utilização de outros aparelhos de queima de combustível, uma vez que os trabalhadores dos fornecedores de combustível, para além de substituírem garrafas de gás e lhes fazerem inspecções, podem, ao mesmo tempo, fazer inspecções sobre o estado dos tubos e dos equipamentos, alertando para a sua substituição atempada. Acredita-se que isso pode contribuir para reduzir os potenciais riscos de segurança, portanto, é, de facto, necessário prestar atenção à qualidade dos serviços prestados pelos fornecedores de combustível e seus trabalhadores.

A fiscalização e a inspecção das lojas onde se vende a retalho o gás de combustível e os respectivos equipamentos são da competência do Corpo de Bombeiros (CB), portanto, este tem de definir uma série de instruções para o sector, de modo a promover a melhoria da qualidade dos serviços por parte dos vendedores, e a garantir que a instalação e a manutenção desses

equipamentos sejam asseguradas pelos trabalhadores que possuam qualificações profissionais, em prol da segurança pública.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Durante a reunião do Conselho Consultivo de Serviços Comunitários da Zona Central realizada em Setembro do ano passado, o CB revelou que concordava com a necessidade de elaboração de instruções para os distribuidores de combustíveis e que ia ter isso em consideração, acrescentando que ia tomar como referência o plano das "lojas certificadas" promovido pelo Conselho de Consumidores, com vista a promover a melhoria da qualidade dos serviços por parte do sector. Afinal, qual é o ponto de situação desses trabalhos?
2. O Governo apela frequentemente aos residentes para contratarem técnicos qualificados para a instalação de esquentadores, não estabelecendo, contudo, um regime de credenciação para os respectivos trabalhadores, pelo que os residentes não conseguem determinar se os técnicos que procedem à instalação desses equipamentos possuem ou não qualificações profissionais. Assim sendo, o Governo deve abrir cursos de formação, no sentido de melhorar a qualidade desses trabalhadores e de formar uma base para o futuro regime de inscrição dos trabalhadores responsáveis pela instalação de aparelhos de queima de combustível. Vai fazê-lo?

30 de Março de 2017

A Deputada à Assembleia Legislativa da

Região Administrativa Especial de Macau,

Kwan Tsui Hang